

Pobres países ricos

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

A riqueza das nações não é proporcional à soma dos valores de suas matérias primas. Se assim fosse, a Rússia seria o país mais rico do mundo porque possui enormes reservas de petróleo, gás e minérios de todos os tipos. O mesmo critério se aplica a Argentina, que possui reservas minerais de alto valor, terras planas, gado de ótima qualidade e população alfabetizada. No entanto, a Rússia tem um produto interno bruto inferior ao do Brasil e a Argentina encontra-se à beira do precipício financeiro.

Em sentido inverso, o Japão não possui praticamente nada em matéria de recursos minerais. Sua agricultura é caríssima, subsidiada, o território é agredido por terremotos frequentes, mas o país é a quarta maior economia do mundo. Outro exemplo gritante e distante é de Cingapura, país que encontrou sua independência nos anos 1970, quando era um porto abandonado e, hoje, se transformou numa encruzilhada de grandes negócios. Seu território, uma ilha, abrange 580 quilômetros quadrados quando a maré está baixa. Possui uma das mais elevadas rendas per capita do mundo.

O que muda na análise da situação política e financeira de qualquer país é seu sistema de governo. Na África, há diversos países riquíssimos em matérias-primas que não conseguem vencer o subdesenvolvimento. Em O Sonho do Celta, magnífico texto de Mário Vargas Llosa (Alfaguara), ele descreve os horrores que os belgas promoveram no Congo, um território que foi doado ao Rei Leopoldo — o país era dele — que criou uma empresa para educar, levar a mensagem evangélica e civilizar os selvagens. O que ocorreu foi a escravização da população negra que passou a trabalhar submetida à tortura, espancamentos e assassinações. O país riquíssimo continua subdesenvolvido, agora sob o guante de um ditador.

O autor descreve também a situação extrema vivida na região de Putumayo, na Amazônia peruana. Lá, os índios foram escravizados por empresa inglesa para colher o látex, matéria-prima da borracha. Tinham metas a cumprir e, como no Congo, quando não as alcançavam sofriam bárbaras torturas e até amputações. Esses países ricos continuam pobres. A colonização promovida pelos europeus nas Américas e na África explica alguns graus de atraso e dependência econômica no Ocidente. A maioria das sociedades no novo mundo não conseguiu ultrapassar as amarras do colonialismo. Os únicos que superaram o colonizador foram as 13 colônias reunidas nos Estados Unidos.

A revolução americana passa pela Constituição de 1787. Foi um trabalho duro com muita discussão. Todos os delegados, pingando de suor, participaram da assembleia na Filadélfia durante o verão



inteiro em sigilo. As janelas do salão onde ocorreram as reuniões foram lacradas com tábuas para evitar que as conversas saíssem daquele recinto. Em meados de setembro, eles alcançaram o texto redigido em quatro folhas de pergaminho. Em 30 de outubro de 1787 o jornal New York Packet publicou na primeira página, junto com a previsão do tempo, a Constituição dos Estados Unidos, com 4.400 palavras. Na mesma edição havia o seguinte anúncio: Vendo jovem criada negra, 20 anos de idade. Saudável, mas teve varíola. Tem um bebê do sexo masculino. A contradição esteve presente desde o primeiro ato.

O sistema político presidencialista envolveu as três Américas. Sem muito sucesso. As ditaduras se multiplicaram e as riquezas foram canalizadas para o benefício de poucos e a pobreza de muitos. A Venezuela é um bom exemplo. O petróleo da província de Maracaibo atraiu empresas norte-americanas. Os lucros foram para a elite e o povo foi colocado à margem. Há diversos exemplos sul-americanos. Mas o Brasil, ao contrário, jamais desfrutou de riquezas ao longo de sua história. O ouro das minas gerais foi levado para Portugal e Inglaterra. Restou

pouco para a novíssima nação independente.

Em tempos recentes, o pré-sal abriu novas perspectivas para a economia brasileira. Parte deste dinheiro foi utilizado para financiar o desenvolvimento, de maneira algo desastrosa, na administração Dilma. Agora, surge um novo pré-sal, na chamada Margem Equatorial, é a chance de investir na prospecção do petróleo e com estes recursos financiar a transição energética. Além de levar progresso e desenvolvimento ao norte do Brasil, que desde a Independência é uma região esquecida pelo poder central.

É claro que há de haver segurança na extração do óleo, a mesma segurança que os norte-americanos utilizam no Alasca, os russos na Sibéria, os noruegueses no Mar do Norte e os angolanos em Cabinda. É a forma de fazer com que os recursos naturais, de grande valor, ajudem o país a superar o subdesenvolvimento de maneira independente e autônoma. E equilibrar as demandas de preservar o meio ambiente com a possibilidade efetiva de produzir desenvolvimento na imensa região que foi relegada à sua própria sorte. Feliz ano novo!

Os dados educacionais informam sobre o passado, presente e futuro do país

» MARCELO HENRIQUE
ROMANO TRAGTENBERG

Professor do Departamento de Física da UFSC, é integrante do Conselho Deliberativo do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra)

O Brasil avançou na escolaridade geral da população, porém as desigualdades raciais persistem. Os dados apontam um fato ainda mais grave: mesmo depois de uma década, os negros (pretos e pardos) não alcançam os mesmos patamares de escolaridade dos brancos na maioria dos indicadores, ou seja, há um abismo de mais de uma década entre a população negra e a branca. A constatação está no levantamento inédito realizado pelo Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra) que analisou e cruzou dados da PNAD Contínua e do Censo da Escolar de 2012 a 2019. Foram produzidos cerca de 70 dados inéditos sobre escolaridade com recorte de cor/raça, desde a educação infantil até o ensino superior.

Houve avanço na escolaridade tanto entre pessoas negras como brancas e uma redução da diferença entre as taxas de pessoas negras e brancas sem instrução ou com fundamental incompleto, com idade acima de 15 anos, de 13,6 pontos percentuais em 2012 para 10,9 em 2019. A desigualdade entre homens negros e brancos, acima de 15 anos sem instrução ou com fundamental incompleto, diminuiu de 14,9 pontos percentuais (p.p.) para 12,4 p.p. entre 2012 e 2019. No entanto, a taxa de homens negros que não completaram o ensino fundamental em 2019 era de 40%, ou seja, ainda maior que a dos brancos em 2012 que era de 33,9%.

Em relação às mulheres, apesar da redução na desigualdade entre negras e brancas, acima de 15 anos e sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, o atraso educacional não foi corrigido. Em 2012, as taxas foram de 44,7% para mulheres negras e 32,4% para brancas. Em 2019, esses números mudaram para 35,4% para negras e 26,2% para brancas. Apesar da diminuição da diferença entre brancas e negras, a igualdade não foi alcançada.

A distorção idade-série, ou seja, um atraso de dois anos ou mais, entre os estudantes negros no ensino médio era 36% e entre brancos era 19%, em média, entre 2012 e 2019. A proporção de estudantes negros no Educação de Jovens e Adultos (EJA) era de 28 para cada 10 alunos brancos, em 2019. A proporção é muito maior que no ensino médio e fundamental, ou seja, muito mais que os brancos, os negros abandonam ou não conseguem concluir o ensino regular na idade certa e tentam concluir a educação básica no EJA.

A distância entre os estudantes negros e brancos têm início nos anos iniciais do ensino fundamental e se amplia ao longo de toda a trajetória educacional. Neste estudo, o Cedra criou a variável de escolas predominantemente negras (com 60% ou mais de alunos pretos e pardos) e predominantemente brancas (60% ou mais de alunos brancos). O estudo dessa variável original mostra a desigualdade de atendimento educacional entre negros e brancos.

Nas escolas predominantemente brancas, a adequação da formação de seus docentes (com licenciatura e ministrando disciplina compatível) é o dobro daquela das escolas predominantemente brancas. Isso significa que de forma geral, os alunos brancos tem professores muito mais adequados que os negros. Por outro lado, não há escolas predominantemente negras entre as escolas com alunos de nível socioeconômico mais alto. E não há escolas predominantemente brancas com alunos de nível socioeconômico mais baixo, conforme critério do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep/MEC). Logo, há um apartheid econômico-racial que reproduz desigualdades econômicas e raciais combinadas.

As desigualdades raciais na educação são resultado de uma série de desigualdades que se acumulam na vida das pessoas negras em um país marcado pelo racismo estrutural e sistêmico. Este cenário de profunda vulnerabilidade e distribuição desigual de cidadania e dos direitos em que vive a maioria da população brasileira está enraizado na escravidão e na reprodução da discriminação e do racismo, que foi combinada no final da escravatura com a política de branqueamento. A memória da exclusão dos negros é fundamental.

Os dados e evidências das desigualdades raciais no Brasil servem à sociedade brasileira para a proposição estratégica para um projeto de nação. É imprescindível e urgente regenerar nossa sociedade, curar nossas feridas profundas e rever nosso fundamento republicano para vislumbrar um país desenvolvido, solidário e com maior equidade econômica, racial e de gênero.

Nas pesquisas de marca, brasileiros são os outros

» JAIME TROIAN

Engenheiro, sociólogo e diretor da TroianoBranding

Estudos e pesquisas de mercado têm levado os tomadores de decisões e a população em geral, à medida que ganham visibilidade, a uma armadilha. São levantamentos que espelham o que as pessoas dizem, mas não o que elas, de fato, sentem. Por isso, o que é divulgado na mídia como realidade acaba por sugerir uma visão equivocada do que nós brasileiros pensamos sobre nós mesmos. E os motivos são diversos: seja por não entendermos nossa “engenharia interna”, seja por vergonha de não sermos politicamente corretos ou simplesmente pelo desejo de negar evidências de nossas falhas.

Vi um exemplo disso em novembro último. Fiquei muito surpreso com a indicação de uma pesquisa de que mais da metade dos entrevistados disse não comprar produtos de organizações que não investem em sustentabilidade e que ameaçam o nosso planeta. Uma intenção muito civilizada, mas que está muito longe de se traduzir em comportamento no consumidor brasileiro.

E mais: nesse mesmo levantamento, quase dois terços das pessoas dizem ir em busca de marcas que têm demonstrado autenticamente compromissos com a cultura ESG (sigla em inglês para ações ambientais, sociais e de governança). Como se tivessem alguma consciência plena do que essas três letras representam. Pesquisas que li recentemente dizem também que as pessoas pautam seu comportamento de compra criteriosamente, evitando empresas envolvidas em greenwashing — ou seja: discurso

ambiental sem efeito prático. O que é um retrato invertido de quem ainda somos e do que fazemos.

Ao ler os resultados, senti como se estivesse na Alemanha ou na Escandinávia, não aqui no Brasil. Na verdade, porém, o que acontece é que os entrevistados se escondem atrás de alibi e respostas politicamente corretas. Quem cai nessas armadilhas capta apenas a superfície das coisas. É uma questão de organização e planejamento da pesquisa.

Gosto muito de uma comparação, que já me pediram para não fazer mais, porque não é de bom tom. Porém não resisto, ela é muito explicativa nesse caso. Quando fazemos exames de urina, ouvimos sempre a mesma recomendação da enfermeira: despreze o primeiro jato. Pois bem, estudos precipitados e ingênuos que acreditam no “primeiro jato” de respostas — sem uma forma de questionar essas respostas mais adiante — não revelam a verdadeira natureza das pessoas.

Para testar essa ideia, conduzimos há algum tempo um estudo com centenas de entrevistas nas cidades de São Paulo e de Curitiba sobre hábitos de higiene. Vejamos o que aconteceu: Pergunta: “Você fecha a torneira enquanto escova os dentes?” Resposta: 87% dizem que fecham. Pergunta: “Você reutiliza a água da máquina de lavar roupas para outros fins?” Resposta: 65% dizem reutilizar. Pergunta: “Você apaga as luzes quando não está no ambiente?” Resposta: 88% dizem que sim.

Lendo essas respostas, não me senti nem um

pouco brasileiro. Acho que brasileiros são os outros. Como seriam fantásticos e promissores esses resultados se fossem a expressão do que as pessoas realmente fazem. Menos consumo de luz e de água, algo muito positivo. No entanto, experimente perguntar a essas mesmas pessoas o que elas acham que os brasileiros em geral fazem. Fecham a torneira? Reutilizam a água? Apagam as luzes? Os resultados se invertem.

Um estudo muito interessante do Ipec sobre racismo, publicado no Estadão em julho de 2023, escapou da armadilha. Ele constatou que 81% dos entrevistados afirmam que vivemos em um país racista. Mas quem são as pessoas racistas? Somente os 11% admitem que têm atitudes e práticas racistas. A equação não fecha: num país racista para 81% da população, somente 11% têm atitudes e comportamentos dessa natureza.

O Ipec matou a charada. Mostraram a diferença abismal entre o que se diz ser e o que realmente se é. De um lado, as declarações movidas apenas por boas intenções e recatos politicamente corretos (81%). Do outro, a confissão talvez até envergonhada de alguns poucos entrevistados sinceros (11%).

Enquanto não fugirmos dessas armadilhas metodológicas não seremos capazes de nos enxergar de verdade, com todas nossas imperfeições, convivendo apenas com os sublimes sonhos, desejos e o espelho de primeiro mundo. É a hora de as pesquisas, de uma vez por todas, seguirem Cazusa e proporem que o Brasil mostre sua cara.